

A DUPLA SERPENTE: PODER POLÍTICO E PODER ECONÔMICO NA FORMAÇÃO DO CAPITALISMO

THE DOUBLE SERPENT: POLITICAL AND ECONOMIC POWER IN THE FORMATION OF CAPITALISM

Gerardo Cerdas Vega¹
Laeticia Medeiros Jalil²

Resumo

O presente artigo analisa a relação histórica entre poder político e econômico na formação do capitalismo, desde a perspectiva do *tempo longo* e do papel que o poder teve na configuração da economia e da sociedade na Europa desde o século XVI. O resultado desse processo é um sistema interestatal capitalista cuja dinâmica expansiva atingiu a totalidade do globo e cujo entrelaçamento precisamos desvendar de forma a superar leituras naturalizadas sobre o processo formativo da ordem econômica e política mundial.

Palavras chave: Estado, capitalismo, sistema-mundo, economia política internacional.

Fecha de recepción: 30 de abril de 2013 / Fecha de publicación: 30 de junio de 2013

¹ Costa Rica (1974). Sociólogo pela Universidade Nacional (UNA, 2003). Atualmente é Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Brasil. Correio eletrônico: gerardocerdasv@gmail.com

² Brasil (1975). Socióloga pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, 2007). Atualmente é professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Correio eletrônico: laeticiajalil@gmail.com

Resumen

El presente artículo analiza la relación histórica entre poder político y económico en la formación del capitalismo, desde la perspectiva del *tiempo largo* y del papel que el poder tuvo en la configuración de la economía y la sociedad en la Europa del siglo XVI. El resultado de ese proceso es un sistema interestatal capitalista cuya dinámica expansiva alcanzó la totalidad del globo y cuyo entrelazamiento precisamos desvelar de forma que superemos lecturas naturalizadas sobre el proceso formativo del orden económico y político mundial.

Palabras Claves: estado, capitalismo, sistema-mundo, economía política internacional.

Abstract

This paper analyzes the historical links between political and economic power in the formation of capitalism, from the standpoint of long time periods and the role that power had in shaping European economy and society in the sixteenth century. The result of this process is an interstate capitalist system whose expansive dynamic reached the entire globe and whose entanglement needs to be solved in order to overcome naturalized readings on the formative process of the global economic and political order.

Keywords: state, capitalism, world-system, international political economy.

Apresentação

No presente artigo desenvolvemos a ideia de que a formação da economia de mercado e do capitalismo é resultado de um longo processo, no qual tem sido central a atividade das distintas formas de poder político que surgiram na Europa a partir do século XVI e que costumamos chamar, genericamente, de Estado ou de poder estatal. Desde o século XVI até hoje, a configuração do *Modern World System* é produto da articulação e entrecruzamento de grupos de poder econômico e grupos de poder político cujos objetivos, necessidades e ambições criaram uma específica organização socio-econômica concorrencial e auto-impulsionada, na busca de mais poder e mais riqueza.

Acredita-se frequentemente que o Estado só teria ganhado importância no desenvolvimento do capitalismo após as grandes guerras e depressões econômicas acontecidas entre o último quartel do século XIX e a primeira metade do século XX.

Gerardo Cerdas Vega - Laeticia Medeiros Jalil

Desconhece-se que, desde os primórdios, o capitalismo formou-se sobre a base da participação decisiva do poder político na definição e sustentação das condições nas quais foi possível o surgimento de forças produtivas que iriam gerar uma nova forma de organização social baseada na acumulação de capital e não simplesmente nas trocas mercantis.

Os distintos “tempos históricos” tem entre si uma relação dialética (os tempos curtos das “conjunturas” e os tempos longos das “estruturas”); daí a necessidade de rastrear as tendências que explicam o presente a partir de processos cuja dinâmica exprime o desenrolar de vários séculos de transformações sociais, políticas e econômicas que chegam até nós com as vestes do natural, mas que resulta impossível compreender sem uma leitura abrangente de suas conexões com a formação das sociedades contemporâneas e de sua desigual distribuição do poder.

Tempos longos e tempos curtos relacionam-se segundo uma espécie de “duplo movimento”. Por extensão, a imagem de uma “dupla serpente” simboliza que ambos tipos de poder, no seu processo de configuração histórica, se entrelaçam, devoram e reconstroem permanentemente, de forma que não podemos separar ambos momentos nem que seja como exercício formal. Como as serpentes, a dupla vai renovando-se de forma cíclica, renascendo em cada um dos distintos períodos históricos a partir de sua antiga pele.

A formação do Estado: monopólios de poder e sistema interestatal capitalista

A formação do Estado não é o resultado, linear e inevitável, das formas de dominação e poder que existiram na Europa feudal, em transição para o capitalismo.³ Antes do que uma deriva organizacional (de formas “primitivas” para formas “complexas”), a formação do Estado e do sistema interestatal moderno tem seus primórdios na competição acirrada entre distintas unidades territoriais que disputavam entre si pela supremacia política na Europa desde a queda do Império de Carlos Magno.

³ A questão da “transição” do feudalismo para o capitalismo pode nos levar a um beco sem saída, toda vez que uma tal transição não é suscetível de ser localizada de forma explícita nem temporal nem geograficamente. Se houver uma tal transição, ela seria multi-localizada e multi-nível, perpassando distintas épocas e processos políticos e econômicos, não sendo possível uma descrição linear do processo. Porém, podemos falar de uma *transição* no sentido de que o que havia na Europa do século XII é algo muito distinto do que encontramos nos séculos XVI e XVII. Houve sim grandes e profundas mudanças nas formas de acumulação de riqueza e poder, mudanças de longo prazo que foram se firmando e prefigurando sociedades inteiramente diferentes no decorrer dos séculos, apontando na direção do que hoje denominados de “capitalismo”, “Estado”, “globalização”, etc. Processo aberto, contínuo, contraditório, e ainda em curso.

Norbert Elias levanta questões relevantes para a compreensão da "sociogênese do Estado"⁴ quando analisa o processo de luta competitiva entre unidades político-territoriais de pequenas dimensões na Europa desde o século XII, que fez com que algumas dessas unidades acumulassem progressivamente mais poder e riqueza, após vencer os seus inimigos imediatos. Para o autor, esse processo foi permanente e cresceu em intensidade e extensão conforme uma ou duas das unidades territoriais se consolidavam e logravam submeter a todas as demais ao seu âmbito de influência. Tal processo configura a proto-história dos Estados europeus que iam se constituir nos séculos XV e seguintes. É o mecanismo de *formação dos monopólios de poder*.

O enfrentamento entre essas diferentes unidades, cada uma com terras e poderio militar semelhantes, era o resultado necessário de uma sociedade em que atuavam fortes pressões competitivas que se faziam sentir de cima para baixo e vice-versa, pressões que "(. . .)lançavam aos governantes territoriais uns contra os outros e, dessa maneira, punham em movimento o mecanismo do monopólio". (Elias, 1993, p. 93).

Para José Luís Fiori:

No universo dos poderes soberanos que se formaram na Europa, a acumulação de poder foi sempre uma necessidade inevitável, permanente e absoluta. Por isso, ao estudar as guerras europeias do século XIII Norbert Elias concluiu que, naquele mundo, "quem não sobe, cai" e, portanto, a expansão do poder era uma condição necessária e indispensável da sua própria manutenção, por meio do "domínio sobre os mais próximos e sua redução ao estado de dependência". (Fiori, 2007, p. 18)

A formação do Estado, no sentido moderno da palavra, foi resultado do processo de competição permanente e estruturante entre unidades territoriais, da unificação cada vez maior das mesmas sob um poder dominante e da progressiva diferenciação funcional dentro do novo aparelho de administração que foi surgindo "conforme a sociedade evoluiu da economia de troca para a economia monetária". (Elias, 1993, p. 92).

Para Elias, o mecanismo gerador da hegemonia, o conflito entre unidades territoriais cada

⁴ A sociogênese do Estado tal como o Elias a analisa relaciona-se com também com outros processos, dentre eles transformações na divisão do trabalho, mudanças demográficas, a pacificação societal, urbanização e o crescimento do comércio e da economia monetária; todos esses processos estão interconectados e acontecem de forma simultânea, sem uma única causa eficiente. É importante também lembrarmos que a análise do autor toma como paradigma os casos de Inglaterra, França e Alemanha, não sendo por tanto uma teoria geral sobre a formação do Estado aplicável a todos os contextos, mas apenas a identificação de tendências que podem ou não estar presentes quando analisamos outros contextos.

vez maiores e com tensões internas cada vez mais intensas, teria sido “sempre o mesmo” e, ao se repetir, assegurava a reprodução, numa escala maior, do sistema como um todo. É no processo de constituição dos Estados que os grupos e classes vão controlando os meios de consumo e produção relativos ao nível de desenvolvimento técnico e produtivo da sociedade. O autor constata o entrelaçamento constante entre essas “duas séries de fenômenos”. Cada uma delas pode existir e ganhar proeminência e poder só na relação com a outra. Na medida em que os monopólios de poder cresciam em capacidades, sua proteção era uma necessidade para a expansão da atividade econômica; por sua vez, a consolidação dos aparelhos de controle e dominação requeria o apoio dos donos da riqueza para sustentar o aparelho central de coordenação.

Para Fiori, assim como Elias, compreender as grandes transformações mundiais da segunda metade do século XX nos leva a uma longa viagem no tempo, até as origens do "sistema mundial moderno", com o intuito de compreender suas tendências de longo prazo, partindo das "guerras de conquista" e da "revolução comercial" na Europa dos séculos XII e XIII, passando pela "transição ao capitalismo" e pelo "longo século XVI" (1450-1650), justamente o período de formação dos Estados e das economias nacionais que permitiram a expansão vitoriosa dos europeus pelo mundo.

Após o período de fragmentação territorial e desintegração econômica ocasionado pelo desaparecimento do Império Carolíngio, começaram os processos de centralização do poder territorial e mercantilização da economia que culminaram com a formação dos "Estados-economias nacionais". Observar essa pré-história do "sistema mundial moderno" nos permite uma melhor compreensão das "(. .)relações iniciais entre o poder, o dinheiro e a riqueza que se tornaram a especificidade e a grande força propulsora do "milagre europeu" ([Fiori, 2007, p. 14](#)).

Para Fiori, nem Marx ou Braudel compreenderam bem o papel mediador do poder e das guerras na formação do capitalismo, sendo difícil passar simplesmente da "acumulação originária" à "acumulação capitalista" (Marx) ou bem dos "jogos das trocas" aos "grandes lucros" (Braudel), sem considerar o fator do poder como articulador determinante. Por isso, destaca que a conquista é a força originária que instaura e acumula poder. Toda relação de poder exerce uma "pressão competitiva" sobre si mesma, pressão que de fato é sistêmica porque todos os 'poderes soberanos' "(. .)precisam se expandir ou se defender, mesmo que seja simplesmente para conservar o poder que já possuem" ([Fiori, 2007, p. 18](#)). Existiria então uma "precedência lógica" do poder sobre a riqueza, de forma que mesmo crescendo a autonomia dos mercados e o papel da competição intercapitalista:

. . .aumenta cada vez mais o papel do poder político na expansão vitoriosa e internacionalizante dos capitais nacionais, na administração das grandes crises

financeiras, na ponta da inovação tecnológica e na contínua e silenciosa função do crédito e do gasto público indispensáveis à expansão agregada das economias nacionais. ([Fiori, 2007, p. 17](#))

O poder, para firmar-se, deve acumular mais poder. É a lógica interna de um sistema de extraordinária potência que se expandiu de forma peculiar e única como uma máquina de acumulação a partir do século XVI. Um dos alicerces deste processo, que por vezes passa despercebido, é o papel do tributo cobrado pelos poderes soberanos, pois ele teve papel central na configuração de uma nova ordem econômica e política, pois passou a determinar a forma mais elementar de distinção entre o "trabalho necessário" e o "trabalho excedente", obrigando à população a distinguir entre a parte que lhe seria entregue ao soberano e a parte que seria usada na reprodução da própria força de trabalho. A posterior monetarização dos tributos a serem pagos, implicaria com uma mudança fundamental na relação entre o poder e o mundo da produção e das trocas, especialmente porque as contínuas guerras de conquista exigiram o pago de tributos cada vez mais elevados, forçando o aumento da produção, da produtividade e do excedente do trabalho e da terra, criando um círculo virtuoso entre acumulação de poder e crescimento do excedente econômico como destaca Fiori

A multiplicação das guerras e o crescimento dos exércitos, mais os custos com a administração dos novos territórios conquistados, forçaram a "monetização" dos tributos, das rendas e dos dízimos, que passaram a ser pagos em dinheiro, na moeda emitida pelo poder soberano. ([Fiori, 2007, p. 21](#))

Esse último aspecto é relevante: a 'estatização' da moeda. Na época de expansão que nos referimos, os diferentes poderes soberanos passaram a cunhar suas próprias moedas, de modo que num determinado território, uma determinada moeda tinha primazia sobre todas as demais, sendo a única aceita pelo príncipe para o pagamento das dívidas (tributos). Na Europa foi surgindo um verdadeiro "mosaico monetário", do qual surgiram as "(. . .)primeiras oportunidades de multiplicação do dinheiro por meio do próprio dinheiro. Os primeiros bancos europeus nasceram dessas funções e começaram a internacionalizar suas operações e a multiplicar sua riqueza mobiliária ou "financeira" à sombra do poder" ([Fiori, 2007, p. 22](#)). O "câmbio", atribuição do soberano, teria desde então uma função chave na capacidade desse último controlar o processo econômico, se convertendo no mediador fundamental para garantir a viabilidade das transações comerciais.

No contexto das guerras de conquista, expandiu-se também o comércio (em particular o de longa distância), consolidando-se uma "aliança cada vez mais estreita e multiforme entre o poder e o capital" ([Fiori, 2007, p. 23](#)). Mas como guerra, conquista e o comércio

sempre existiram, para Fiori a originalidade europeia vem dada pela forma em que a "necessidade de conquista" induziu e depois se associou com a "necessidade do lucro", de forma que a origem histórica do capitalismo é inseparável da trajetória do poder político; assim, a origem histórica do capitalismo "(. . .)começa pela conquista e pela acumulação de poder e pelo seu estímulo autoritário ao crescimento do excedente, das trocas e dos grandes ganhos financeiros construídos à sombra dos poderes vitoriosos" ([Fiori, 2007, pp. 24-25](#)), antes que pelo jogo das trocas ou pelo mercado mundial. Neste sentido, é determinante compreender como foi que esses elementos se articularam para criar um sistema que, uma vez em funcionamento, não parou mais de crescer e foi abrangendo cada vez mais em extensão e profundidade.

Nessa dinâmica do poder consolidam-se progressivamente menos "unidades soberanas constitutivas", mas a guerra continuou a ter um lugar central como forma de conservar e acrescentar o próprio poder. Com a expansão imperialista das novas potências europeias (a partir do século XIX), o Estado-nação seguiu sendo a base funcional do sistema. A expansão territorial e a internacionalização dos capitais não fizeram desaparecer a figura do Estado e, pelo contrário, reforçam-na graças ao desenvolvimento de novos espaços econômicos supranacionais, junto com a moeda, a dívida pública, o sistema de crédito e várias formas de tributação seletiva destinadas ao custeio do regime colonial. Até o fim do século XVIII, o "sistema mundial moderno" restringia-se a Europa e as áreas submetidas ao seu poder, mas espalhar-se-ia com força a partir da guerra de independência norte-americana e do surgimento de novos estados-nação nas antigas áreas coloniais europeias no continente americano, com a independência das antigas colônias espanholas e portuguesas.

Diversos ciclos de pressão competitiva e expansão dão forma ao processo, de forma contínua, em múltiplos lugares e níveis. Durante o século XIX, ademais, uma nova 'explosão expansiva' incorporou África e Ásia ao sistema, embora que ainda sob uma lógica colonial. Porém, só a partir da segunda metade do século XX o sistema interestatal realmente se 'globalizou', com a criação dos novos Estados independentes nos ex-territórios coloniais europeus ([Fiori, 2008, p. 29](#)).

A expansão do capitalismo não tem sido obra unicamente do capital *em geral*, em abstrato, nem da pura troca mercantil, nem simplesmente das transformações tecnológicas aplicadas à produção nos países europeus (em especial na Inglaterra), a partir do século XVIII. E no caso dos países mais tardiamente incorporados ao "sistema mundial moderno", poder-se-ia aplicar a mesma equação segundo a qual o desenvolvimento do capitalismo implica com a mediação decisiva do Estado e não só da mera inserção no mercado mundial.

De tal forma, a ordem específica e a instável correlação de forças entre as grandes potências e os países de menor poder relativo e/ou periféricos da atualidade, é resultado de processos formativos de longa duração. A disputa pela consolidação dos monopólios de poder continua, inclusive mais acirrada, dada a ampliação dos limites geográficos e a multi-localização dos centros de poder, no contexto do sistema-mundo contemporâneo.

No sistema interestatal, segundo Fiori, “. . . toda grande potência está obrigada a seguir expandindo o seu poder, mesmo que seja em períodos de paz, e se possível, até o limite do monopólio absoluto e global” ([Fiori, 2008, p. 30](#)). Mas se tal expansão chegasse a um limite máximo, o sistema como tal desapareceria; se interrompêssemos a competição entre Estados, estes não teriam como seguir maximizando seu poder e se destruiria o “mecanismo central” que mantém o sistema em expansão desordenada, desequilibrada, mais contínua. Por isso, os acontecimentos políticos contemporâneos (crise financeira, guerras localizadas em pontos estratégicos, alianças e blocos comerciais e político-militares, golpes de estado, surgimento de novos estados independentes, ameaças nucleares, tratados de livre comércio), podem ser lidos como parte desse movimento que mantém, desde o centro até a periferia, as coisas em desequilíbrio constante, sempre à beira da queda e da falência, como parte desse jogo multissecular do qual somos parte, embora não sejamos plenamente conscientes disso.

O Estado na formação do capitalismo: Braudel e Polanyi

Braudel desenvolve uma perspectiva que parte dos "equilíbrios e desequilíbrios profundos de longo prazo" ([Braudel, 1987, p. 8](#)), dos processos históricos, os quais tem fluxos e refluxos e cujas consequências continuam atuando no momento presente, no tempo curto das conjunturas. Para Braudel, a "economia de mercado", baseada nas trocas mercantis, foi a base a partir da qual prosperou o capitalismo desde o século XVIII. O lento processo formativo desse último passou por uma complexa ampliação e diversificação do comércio e dos mecanismos financeiros que garantiam a validade das trocas e a segurança dos atores envolvidos, tais como os mercados, as lojas e os camelôs na base da economia de mercado e as Bolsas e as feiras no seu topo.

A partir do século XV a Europa assistiria a uma recuperação da atividade econômica baseada no papel propulsor dos mercados urbanos e das guildas; mas a partir do século XVIII, o dinamismo do sistema estaria sob o comando dos mecanismos superiores, em especial das Bolsas e do crescente sistema de crédito que foi socavando o papel das feiras, ao ampliar a escala da atividade econômica ([Braudel, 1987, p. 21](#)).

Desde o século XVIII, firmar-se-ia a ideia de que a atividade econômica se fundamenta em princípios "naturais", em "leis" da natureza, daí que a noção do mercado auto-regulador

fosse consequência necessária da 'autonomização' que o mundo das trocas, dos mercados, das Bolsas, do crédito e dos outros mecanismos (incluindo as radicais mudanças tecnológicas da época) foi induzindo com relação ao mundo "da vida material" das pessoas comuns, engajadas secularmente em relações tradicionais com a terra e com as formas de dominação próprias do feudalismo. Mas, por trás dessa aparente autonomia, a atividade do poder político estava moldando as peças que permitiriam à economia das trocas passar para uma economia propriamente capitalista.

Assim, para Braudel é possível diferenciar pelo menos duas formas ou 'camadas' na economia de mercado: a) Uma primeira, que inclui as trocas cotidianas, o comércio local ou de curta distância, aquele tipo de transação "sem surpresas" nas quais os concorrentes conhecem bem as condições da troca e os lucros a serem obtidos mediante a atividade mercantil; b) Uma segunda forma, perceptível conforme se sobe na 'hierarquia' das trocas, configura uma esfera de circulação completamente diferente da primeira, que "substitui as condições normais do mercado coletivo por transações individuais cujos termos variam arbitrariamente segundo a situação respectiva dos interessados" ([Braudel, 1987, p. 37](#)). E essa última, cujos atores são os grandes comerciantes, os atravessadores e a alta finança, constitui-se a partir de trocas desiguais em que a concorrência -como suposta base 'natural' da economia de mercado- deixa de existir.

É essa segunda forma de economia de mercado que vai dar lugar ao capitalismo, mediante a geração de grandes lucros, acumulação de capital e concentração do mesmo nas mãos daquele reduzido grupo de grandes negociantes ligados por um lado ao comércio à distância e, por outro, que são sempre "amigos do príncipe, aliados ou exploradores do Estado" ([Braudel, 1987, p. 39](#)).⁵ A dimensão política na articulação dos processos econômicos é fundamental nessa perspectiva:

⁵ Para Braudel, a ligação entre grande capital e Estado pode ser claramente rastreada tanto na Europa quanto em países como a China e a Índia, e ele analisa as características institucionais desses países para responder à pergunta de por quê o capitalismo não se desenvolveu ali. Sobre o tema, Fiori diz o seguinte:

Enquanto na China houve uma crescente unificação do território e do poder, na Europa criou-se aos poucos um sistema inter-estatal de poderes (. . .). A grande diferença europeia com relação aos impérios asiáticos é que a relação dos poderes soberanos com a atividade mercantil e financeira foi muito mais frouxa -uma relação de 'neutralidade indiferente' -segundo Irfan Habib-, graças a sua grande capacidade de tributação do uso da terra. ([Fiori, 2007, p. 23](#)) Na época em que começa a surgir o moderno sistema mundo, em certas regiões da Ásia já existiam formas muito avançadas de comércio, finanças e agricultura ([Fiori, 2008, p. 24](#)).

O que reforça a tese da importância da fragmentação territorial e da pressão competitiva como elemento dinâmico na criação do moderno sistema interestatal e econômico, na Europa.

Assim, o Estado moderno, que não fez o capitalismo mas o herdou, ora o favorece, ora o desfavorece; ora o deixa estender-se, ora lhe quebra as molas. O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado. ([Braudel, 1987, p. 43](#)).

O resultado desse longo processo foi, na Europa dos séculos XVIII e XIX, a criação de economias nacionais unificadas pelo Estado-nação, que se expandiram até ultrapassar as suas próprias fronteiras físicas e conformaram a moderna economia mundial. Por isso para Braudel o capitalismo é o *anti-mercado*, a negação mesma das trocas; ele é o espaço dos lucros extraordinários obtidos por uma condição monopólica e não pelas trocas mercantis. Em certo sentido, o objetivo do capitalismo é mais a conquista da situação monopólica do que a obtenção direta e imediata de lucros. Por isso, é possível partir da hipótese de que é o poder o que explica o progressivo surgimento do capitalismo, mais do que a existência de “economias-mundo” baseadas na intensidade das trocas e integradas pelos mercados.

Por outra parte, e da mesma forma em que para Braudel o capitalismo só triunfa na medida em que se identifica com o Estado, ou que ele **é o Estado**, Karl Polanyi formula uma interpretação historicamente contextualizada sobre o processo de transformações vividas pela civilização europeia ocidental desde fins do século XIX, rompendo com a interpretação da economia clássica e formulando uma espécie de macro-teoria institucionalista sobre o sucesso e a falência da economia liberal. Para ele, a característica principal da civilização do século XIX foi a de centrar-se no mercado auto-regulador como princípio ordenador da vida social. Mas para o autor:

Não havia nada natural em relação ao *laissez-faire*; os mercados livres jamais poderiam funcionar deixando apenas que as coisas seguissem o seu curso. Assim como as manufaturas de algodão -a indústria mais importante do livre comércio- foram criadas com a ação de tarifas protetoras, de exportações subvencionadas e de subsídios indiretos dos salários, o próprio *laissez-faire* foi imposto pelo Estado. ([Polanyi, 2000, p. 170](#)).

Observando detalhadamente, vemos que o chamado mercado auto-regulador foi possível unicamente graças ao incremento contínuo do intervencionismo centralizado; tornar a "*liberdade simples e natural*" de Adam Smith compatível com as necessidades de uma sociedade complexa não era coisa que pudesse acontecer de forma espontânea, como simples resultado da interação no mercado dos concorrentes e dos preços. O Estado atua com a finalidade de organizar e favorecer a ampliação dos mercados; uma complexa estrutura burocrática de controle centralizado tem como função garantir o funcionamento "livre e natural" do sistema. A intervenção do poder estatal não foi um elemento externo ao desenvolvimento das principais instituições do século XIX. De fato, o Estado liberal foi a

peça-chave para garantir a existência tanto dos mercados "auto-regulados", do padrão ouro e do equilíbrio de poder entre as grandes potências imperialistas da Europa da época.

Ao longo dos séculos em vez de verificar-se um processo 'natural' de expansão econômica, assistimos um processo que exigiu intervenções maciças para organizar a complexidade intrínseca do sistema; na verdade, os liberais apelaram continuamente para a atuação compulsória do Estado em todos os níveis do processo de acumulação. Por trás de toda essa aparente "naturalidade" com que flui a atividade econômica, aparece como fator essencial, mais uma vez, a decisiva atuação do poder estatal para a criação das condições da acumulação de capital. Os mercados e as demais instituições próprias do capitalismo, só podem ser explicadas numa matriz institucional que considere o peso relevante dos arranjos políticos entre forças e classes em conflito pelo poder e pela dominação de territórios cada vez maiores.

Fenômenos como o crescimento da atividade econômica, a importância crescente das cidades e do comércio de ultramar, a dinâmica das trocas ampliadas pela aparição das Bolsas, do crédito e de outros mecanismos que configuraram mercados cada vez mais amplos e abrangentes, com a aparição de novas classes e atores; se todo esse conjunto de fenômenos teve expressiva significação para o desenvolvimento do capitalismo, o aspecto central que sustentou o sistema foi, antes que a dinâmica "natural" da vida econômica, sua complexa e estrutural articulação com o poder político. Esse último não pode ser considerado como uma externalidade ou como uma agência conjuntural, mas sim como a base fundamental para a consolidação de uma nova economia e de novas classes sociais que, na sua "amizade com o "príncipe" ou na luta por ocupar o seu lugar, encontraram o amparo para o florescimento dos seus negócios e interesses mercantis, industriais e financeiros.

Por outra parte, quando falamos de *Estado*, falamos de um *conjunto de estados* concorrendo por consolidar suas posições monopólicas de poder. Da mesma forma em que um capitalista não cria sozinho o capitalismo, um Estado isolado não cria o sistema interestatal. Esse aspecto é importante para considerar a dimensão necessariamente sistêmica da questão sob análise.

O *Modern World System*: Wallerstein

Embora Wallerstein não centre a sua atenção no processo constitutivo do Estado nem na sua importância com relação à consolidação do capitalismo, interessa-nos destacar sua proposta para uma análise do "sistema mundo" como uma totalidade histórica específica ([Wallerstein, 2000, p. 76](#)), como um conjunto complexo de sistemas políticos e culturais **articulados e hierarquizados** por uma única forma de divisão do trabalho, embora sem

uma unidade política central; ou seja, as unidades constituintes do conjunto são culturalmente distintas, economicamente interdependentes e com uma expressiva diferenciação política no seu interior.

No seu bojo co-existem estados localizados no centro do sistema, outros localizados na semi-periferia e finalmente outros na periferia. Todos esses estados estão articulados dinamicamente e de forma interdependente, conformando o conjunto uma totalidade histórica que deve ser explicada como tal e não de forma fragmentária. E devido a uma serie de acidentes históricos, ecológicos e geográficos, a Europa Norte-ocidental estava melhor situada, no século XVI, para converter-se na região central do sistema.

Um aspecto que nos interessa sublinhar diz respeito ao surgimento de mecanismos estatais *fortes* e *fracos* nos distintos pontos do “sistema-mundo”, o que caracteriza a dinâmica mesma do intercâmbio entre essas unidades territoriais desigualmente localizadas na hierarquia do sistema. As regiões centrais apropriam-se do excedente produzido pela economia-mundo enquanto totalidade, processo mediado pela atuação dos Estados nacionais. Da mesma forma em que o capitalismo implica a apropriação particular da mais-valia gerada pelos trabalhadores, o sistema como totalidade se reproduz mediante a apropriação pelo centro do excedente gerado na periferia e na semiperiferia. De novo, a reprodução do particular e do sistêmico se impulsionam mutuamente, não apenas pela lógica do capital, mas mediante sua articulação com a dimensão do poder que constitui de fato o regime internacional com seus arranjos e hierarquias concretas.

Um dos pontos relevantes da teoria do “sistema-mundo” é sua preocupação com uma análise holística do sistema, por sobre as suas unidades separadas. A unidade de análise é o “sistema-mundo” e não cada uma de suas unidades constitutivas. Não se nega a importância e existência dos Estados nacionais, mas a ênfase está na sua articulação num sistema mundial que ainda hoje constitui o marco de referência global da nossa vida coletiva. É o todo articulando-se conflituosamente, hierarquicamente, expansivamente o que interessa para a análise, e não o estudo de cada Estado particular.

Dai o desafio colocado pela teoria do “sistema-mundo” para a compreensão da formação do complexo sistema político-econômico-militar-cultural no qual acontece a vida de bilhões de seres humanos no mundo inteiro e que teve suas origens na Europa do século XVI. Esse sistema é uma máquina de acumulação de riqueza e poder que conseguiu integrar numa totalidade praticamente a todas as sociedades contemporâneas, que a pesar de toda sua diversidade são articuladas e hierarquizadas por uma única divisão do trabalho.

Estado, nova ordem mundial pós II-Guerra e crise sistêmica

Gerardo Cerdas Vega - Laeticia Medeiros Jalil

Se a civilização do século XIX alicerçava-se em quatro instituições básicas (o sistema de equilíbrio de poder, o padrão-ouro, o mercado auto-regulável e o estado liberal), já na segunda metade do século seguinte podemos apreciar a profundidade das transformações acontecidas ao observarmos o novo arranjo institucional e político erigido pelas potências vencedoras da guerra. O Estado assume novas funções na sustentação do processo de acumulação de capital e na mediação do conflito de classes, e os novos arranjos comerciais e financeiros mostram a centralidade que o mesmo ganhou não só dentro do espaço de cada um dos *estados nacionais*, mais em espaços supra-nacionais controlados por sofisticados aparelhos de poder.

Ao observarmos o contraste entre as características institucionais do capitalismo predominantes no século XIX e na segunda metade do século XX, as diferenças não podiam ser mais gritantes. Mas não é que o Estado de repente “aparece” como um “ator econômico”, senão que a escala e abrangência de sua atuação sofreram uma profunda reconfiguração, diante das necessidades do sistema como um todo para garantir sua reprodução num novo patamar. Esse “salto quântico” que o sistema experimenta durante a primeira metade do século XX recoloca o papel das forças políticas e econômicas, mas o objetivo continuou idêntico: acumular poder e riqueza e concorrendo com os outros Estados no marco da nova ordem global.

A urgência de reestruturar o sistema financeiro e comercial internacional depois da catástrofe das primeiras quatro décadas do século impôs requerimentos de coordenação institucional e de intervenção pública jamais atingidos anteriormente. A destruição social e produtiva do segundo pós-Guerra pode ser considerada como um aspecto central na determinação do rumo que iria tomar a mudança naqueles anos, quando uma ainda maior ação do Estado na economia converteu-se em condição indispensável para a sobrevivência sistêmica do capitalismo, tanto do conjunto dos capitais particulares quanto da força de trabalho, normatizando e planificando a atividade produtiva e os interesses de classe no seio de relações corporativas de poder.

Desde a década de 1940 e até meados da de 1970, o capitalismo experimentou uma espécie de "idade dourada", especialmente nos principais países ocidentais, mas também nas regiões periféricas, com taxas de crescimento elevadas e uma difusão global da industrialização, de mudanças radicais na agricultura e no mundo rural e de formas diversas de intervenção estatal no processo econômico, sem comparação com nenhum outro período anterior. ([Hobsbawn, 1995, p. 257](#)). Lembremos que os acordos de Bretton Woods permitiram a reestruturação das bases institucionais do sistema e criaram condições para a ampliação global do poder dos Estados-nação hegemônicos, especialmente dos Estados Unidos.

Contudo, no decorrer das décadas seguintes, a hegemonia dos Estados Unidos viu-se fortemente confrontada. A queda do padrão dólar/ouro a partir de 1971, os “shocks” petroleros de 1973 e 1979, as derrotas militares americanas, nomeadamente a derrota na guerra de Vietnã, a estagflação cada vez mais patente, entre outros aspectos, levaram os analistas a falar da “crise da hegemonia americana”. Porém, como Susan Strange observou, foi errado falar de crise de hegemonia na medida em que a dinâmica estrutural do sistema permaneceu a mesma apesar das mudanças, por vezes dramáticas, na superfície. ([Strange, 1996, p. 25](#)) Assim, apesar de uma diminuição do poder relacional do *hegemon* (o exercício explícito de controle ou mando), o seu poder estrutural (a capacidade de criar condições de funcionamento de um sistema às quais os outros tem que submeter-se em maior ou menor medida), não foi substancialmente alterado. Na medida em que os Estados Unidos detinham um gigantesco “poder estrutural”, controlando as estruturas fundamentais da informação, das armas, da tecnologia e das finanças, mesmo numa conjuntura crítica foi capaz de condicionar os outros países para se comportarem de uma certa forma, como demonstrou a restauração liberal/conservadora que seguiu à eleição de Ronald Reagan em 1981.

Os Estados Unidos foram capazes de impulsionar a partir dos anos 1980 uma restauração do pensamento liberal, uma restauração radical da ideologia e das políticas liberais que tinham sido banidas desde o período 1929-1950. Com a eleição de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha (desde 1979) e a de Helmut Kohl na Alemanha (1982), as principais nações do sistema internacional entraram progressivamente numa era de reformas orientadas à reorganização da economia capitalista em escala global, ao tempo em que os Estados Unidos radicalizou mais ainda sua estratégia de enfrentamento com a União Soviética e sua intransigência diante das forças e movimentos populares. Em termos gerais, a década de 1980 terminou com uma recomposição da força e da hegemonia norte-americanas.

Assim, nem a “idade dourada” do capitalismo nem a “crise da hegemonia” americana podem ser vistos como dois momentos separados e distintos, tanto no tocante as suas causas quanto a sua lógica interna. A mesma dinâmica que gerou a primeira gerou a segunda fase e os seus desdobramentos posteriores. A hegemonia não é um *quantum* de poder que se detêm ou se perde, é um exercício de dominação aberto às contradições e as mudanças e não podemos concluir que cada um desses momentos históricos (crise → auge → crise → restauração, etc.) está separado do processo como um todo. Aqui vemos a importância, novamente, de pensarmos em termos sistêmicos.

Dessa forma, não poderíamos compreender a natureza dinâmica do processo histórico; é indispensável analisar juntamente a dinâmicas expansivas da riqueza e do poder, para avançar numa compreensão mais profunda sobre a forma em que as potências geram e se

beneficiam das crises num sistema cuja instabilidade é parte constitutiva de sua reprodução.

O consenso construído desde o fim da Segunda Guerra foi mostrando os seus limites e a sua incapacidade de garantir de forma ampliada a reprodução capitalista. Nesse contexto, a crise dos anos 1970 levaria ao renascimento intelectual e político do "neo-laissez-faire" e das doutrinas monetaristas, cuja crítica ao Estado atingiu os arranjos políticos que tinham sido a base da fase expansionista anterior, mas que entravam em contradição com os novos requerimentos do capital transnacional, em particular, do capital financeiro.

Porém, independentemente do caráter da crise e das políticas adotadas a partir dos anos 1980 e 1990, a intervenção do Estado seguiu e segue sendo condição estritamente indispensável para garantir as condições de acumulação ampliada e de reprodução sistêmica. Como vemos hoje na Europa e nos Estados Unidos, é o Estado a principal alavanca do capital financeiro e industrial e, no caso brasileiro, nos últimos anos o Estado tem fortalecido a sua capacidade de intervenção graças a uma estratégia de desenvolvimento centrada em volumosos investimentos públicos nos âmbitos produtivo e social. Sem hesitação, podemos reafirmar que a articulação entre poder político e econômico continua sendo um traço característico, definidor, do sistema interestatal capitalista contemporâneo.

Os contornos e feições específicas que essa relação ganha num momento ou outro podem variar, mas o núcleo lógico do sistema permanece. É por isso que falar de "crise" não explica nada. O sistema está sempre em estado crítico, ele **é a crise**. Ao ouvir os gritos de "crise" que ecoam pelo mundo, é como se houvesse algo em algum lugar parecido à paz e à estabilidade, uma forma "normal" de funcionamento do sistema. Mas é preciso indicar mais uma vez que o sistema-mundo moderno nasceu justamente da instabilidade, da pressão competitiva, da busca por mais poder e riqueza, da necessidade de expansão de uns por sobre os outros no marco de uma geografia fragmentada⁶ que conseguiu impor sua lógica ao resto do mundo e que, desde o século XVI, atingiu níveis crescentes de dinamismo instabilizador.

Considerações finais

⁶ Note-se que a geografia do mundo globalizado de hoje também aparece como altamente fragmentada e heterogênea, apesar do discurso homogeneizante que predomina a respeito (aldeia global, interdependência, redes, etc.).

Destacamos nesse artigo que o Estado, assim como a economia de mercado e o capitalismo, desenvolveram-se numa relação estritamente necessária para ambas expressões do poder, criando, a partir da Europa do século XVI, um "sistema-mundo" que impôs ao sistema como um todo suas próprias condições de existência e expansão.

O senso comum nos faz crer que estas instâncias do poder estão separadas, por vezes até excludentes, quando a evidência aponta que é impossível explicar uma delas sem analisar a outra em sua estreita relação. Pensando nos processos de longo prazo implicados no desenvolvimento econômico e institucional, percebemos que desde o século XII os processos de "acumulação de poder" e de "acumulação de capital" avançam de mãos dadas, formando uma unidade de interesses e uma estrutura de vasos comunicantes que vai além de determinados períodos e possui uma expressiva continuidade histórica.

Estado e mercado não são esferas independentes ou âmbitos de ação especializados. Não se trata de domínios exclusivos para a realização dos interesses de grupos particulares, estruturalmente diferenciados, senão de uma relação complexa na qual tanto os interesses econômicos quanto os políticos se realizam de forma articulada, reforçando-se mutuamente ao longo dos distintos períodos históricos.

É importante, porém, reconhecer a autonomia relativa de ambas instâncias no que diz respeito as suas prioridades, objetivos e formas de atuação; resulta claro que nenhuma delas é estritamente reduzíveis à outra até o ponto de desaparecer toda diferença e contradição. Nem o Estado é um simples "apêndice" do desenvolvimento do capitalismo, nem este último é uma simples extensão das formas de poder político; ambas esferas expressam sua própria lógica e interesses a partir de seus dispositivos de poder, sejam estes burocráticos, sejam financeiros ou técnico-produtivos.

O que queremos salientar é o fato de não ser possível proceder com uma análise que desconsidere as necessárias condicionalidades a partir das quais o poder político e o econômico tem se relacionado e influenciado secularmente, desde que a realização dos objetivos de poder e dominação, seja vencendo no campo de batalha, nas trocas mercantis ou no controle monopólico dos mercados, exigiram a convergência dos diversos atores implicados nas transformações produtivas, institucionais, tecnológicas, etc., que produziram o que hoje chamamos simplesmente como Estado, mercado e capitalismo e que aparecem, de forma recorrente, como categorias descontextualizadas.

Outro aspecto que nos parece importante frisar é que o capitalismo desenvolveu-se na Europa como resultado de uma determinada amálgama de fatores, mas já em regiões como a China e a Índia estavam generalizando-se novas formas técnicas e configurações

institucionais que poderiam, eventualmente, ter conduzido ao surgimento de potentes economias respaldadas pelo poder político sob arranjos específicos e não reduzíveis ao processo europeu. Se é verdade que só na Europa deram-se condições para o desenvolvimento do Estado moderno, da economia de mercado e do capitalismo, é necessário não naturalizar os processos e compreender suas determinações reais tanto geográficas, como econômicas, militares e políticas.

Desde séculos atrás assistimos e participamos de um processo de articulação entre diversas formas de poder, processo com capítulos e fases diversas, contraditório, não linear nem provido de um caráter teleológico, mas que mostra que a realidade contemporânea condensada um longo percorrido de transformações cuja mútua implicação não é casual nem conjuntural, pelo contrário, expressa uma complexidade diante da qual é necessário que possamos articular respostas num nível mais aprofundado de compreensão teórica.

É por isso que gostamos da metáfora da *dupla serpente*: duas formas de poder que entrelaçam-se e determinam-se incessantemente e que, passando por crises profundas, renascem e rearticulam novas estratégias e dispositivos para garantir a concentração e monopolização desse poder e dar coesão ao sistema. É uma metáfora que ajuda-nos para pensar esse caráter dinâmico do capitalismo, o qual é por essência conjuntural, móvel, flexível: "O capitalismo é, por essência, conjetural. Ainda hoje uma de suas grandes forças e a sua facilidade de adaptação e de reconversão" ([Braudel, 1987, p. 41](#)).

No entanto, precisamos também atentar para a dimensão micro em que o poder político e econômico se articulam e reforçam-se. Um dos grandes problemas da teoria marxista do Estado (com notáveis exceções) foi o seu reducionismo funcionalista, que viu no Estado apenas o mecanismo de administração dos interesses da classe dominante, mero instrumento ao serviço do capital. Essa noção impede a compreensão acerca dos mecanismos, redes, instituições e organizações que moldam o poder estatal e o poder econômico num entrelaçado de aparelhos, projetos e objetivos que devem realizar-se, sempre, nas arenas da disputa política. O Estado não é um *Estado-de-classe* a priori, constituído para além do terreno do conflito e da disputa estratégica entre atores comprometidos com projetos de sociedade específicos.

Assim, ainda aceitando a tese de que historicamente poder político e econômico constituem uma complexa e indissociável unidade de análise, devemos explicar e explicitar como, onde e com quem é que tal unidade se constrói, como efetivamente ela existe e se reproduz não a partir de alguma essência pré-política, mas a partir de atores com interesses e capacidade de agência que, no confronto, constroem de forma efetiva seu *monopólio de poder*. Da mesma forma em que as unidades territoriais de Elias, o sistema

interestatal capitalista de Fiori ou o “sistema-mundo” de Wallerstein são configurações político-econômicas instáveis que devem concorrer e acumular poder para se manter no poder, dentro do Estado de hoje verificam-se disputas que devem ser *atualizadas* constantemente, com o intuito de garantir a sobrevivência e a acumulação de mais poder por parte dos atores relevantes envolvidos.

Muitas questões ficaram por fora: o impacto das lutas revolucionárias na configuração do Estado, em especial durante o século XIX; a institucionalização de diversos mecanismos de regulação do Estado sobre o capital instauradas no decorrer do século XX; a relação entre Estado e capital nas novas regiões em expansão do sistema, como a China e a Índia, no século XXI; as disputas entre Estado e capital verificadas em alguns países da América Latina, em anos recentes... O nosso objetivo foi construir um modelo de análise simples, mas devemos atentar para as múltiplas especificidades existentes e determinar em que medida confirmam ou não a hipótese colocada no presente ensaio sobre a relação secular entre poder político e econômico na formação do capitalismo, para não cair em generalizações que desconsiderem as diferenças e feições concretas que encontramos, a respeito, na realidade histórica.

Referências

- Braudel, F. (1987). *A dinâmica do capitalismo*. Brasil: Editora Rocco. ([Livro](#))
- Elias, N. (1993). *O processo civilizador*. (Vol. II). Brasil: Zahar Editores. ([Livro](#))
- Fiori, J. (2005). *Economia Política Internacional e Teoria das Relações Internacionais*. Retirado de <http://chacombolachas.wordpress.com/2008/03/08/economia-politica-internacional-e-teoria-das-relacoes-internacionais/>
- HFiori, J. (2007). *O Poder Global: a nova geopolítica das nações*. Brasil: Boitempo Editorial. ([Livro](#))
- HFiori, J. (2008). O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: J. Fiori, C. Medeiros y F. Serrano. *O mito do colapso do poder americano*. Brasil: Editora Record. ([Livro](#))
- Hobsbawn, E. (1995). *The Age of Extremes. The Short Twentieth Century*. United Kingdom: Abacus.
- Marx, K. (1996). *O Capital: crítica da economia política* (Livro primeiro, Tomo II, Capítulos XIII a XXV). Brasil: Editora Nova Cultura.

Polanyi, K. (2000). *A grande transformação. As origens da nossa época*. Brasil: Editora Campus. [\(Livro\)](#)

Strange, S. (1996). *The retreat of the State. The Diffusion of Power in the World Economy*. United States: Cambridge University Press. [\(Livro\)](#)

Wallerstein, I. (2000). *The Essential Wallerstein*. United States: The New Press. [\(Livro\)](#)



Artículo protegido por licencia Creative Commons